



REVISTA DE ESTUDOS EM ARTES CÊNICAS
E-ISSN 2358.6958

A Extensão Universitária e a formação da pessoa licenciada em teatro: divergências e confluências

Sidmar Silveira Gomes

Para citar este artigo:

GOMES, Sidmar Silveira. A Extensão Universitária e a formação da pessoa licenciada em teatro: divergências e confluências. **Urdimento** – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 2, n. 55, ago. 2025.

 DOI: 10.5965/1414573102552025e0209



A Urdimento esta licenciada com: [Licença de Atribuição Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) – (CC BY 4.0)



A Extensão Universitária e a formação da pessoa licenciada em teatro: divergências e confluências¹

Sidmar Silveira Gomes²

Resumo

Ao dialogar com marcos legais relacionados à Extensão Universitária, escolhe-se refletir sobre algumas ações de extensão que problematizam os desafios impostos pela curricularização da extensão nos cursos de Licenciatura em Teatro, dando atenção à Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024. Conclui-se que tal resolução, ao restringir a execução de ações de extensão curricularizadas às instituições de Educação Básica, evidencia um paradoxo: expande os horizontes das práticas do teatro na escola, mas tende a limitar as experiências de formação da pessoa licenciada em teatro, impedida de desenvolver ações extensionistas curricularizadas na educação não-formal.

Palavras-chaves: Pedagogias do teatro. Extensão Universitária. Formação de educadores/as.

University Extension and the training of theater graduates: divergences and confluences

Abstract

When dialoguing with legal frameworks related to University Extension, we chose to reflect on some extension actions that problematize the challenges imposed by the curricularization of extension in Theater Degree courses, paying attention to CNE/CP Resolution No. 4, of May 29, 2024. It is concluded that such a resolution, by restricting the execution of curricular extension actions to Basic Education institutions, highlights a paradox: it expands the horizons of theater practices at school, but tends limiting the training experiences of people with a degree in theater, prevented from developing curricular extension actions in non-formal education.

Keywords: Theater pedagogies. University extension. Educator training.

Extensión Universitaria y formación de egresados de teatro: divergencias y confluencias

Resumen

Al dialogar con los marcos legales relacionados a la Extensión Universitaria, optamos por reflexionar sobre algunas acciones de extensión que problematizan los desafíos que impone la curricularización de la extensión en los cursos de Grado en Teatro, atendiendo a la Resolución CNE/CP nº 4, de 29 de mayo de 2024. Concluimos que dicha resolución, al restringir la ejecución de acciones de extensión curricular a las instituciones de Educación Básica, destaca una paradoja: amplía los horizontes de las prácticas teatrales en las escuelas, pero tiende a limitar las experiencias de formación de los egresados de teatro, quienes se ven impedidos de desarrollar acciones de extensión curricular en la educación no formal.

Palabras clave: Pedagogías teatrales. Extensión Universitaria. Formación de educadores.

1 Revisão ortográfica, gramatical e contextual do artigo realizada por Thiago Henrique Ramari. Doutorado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

2 Pós-doutorado e Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado e Graduação em Artes Cênicas pela USP. Professor Adjunto do Departamento de Música e Artes Cênicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM). sidmar.gomes@uol.com.br

 <http://lattes.cnpq.br/4340498790826970>  <https://orcid.org/0000-0003-4177-2464>



Introdução

A Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, institui que, além do cumprimento de no mínimo 400 horas de estágio obrigatório curricular supervisionado na área de formação e atuação na Educação Básica, a pessoa licencianda deve cumprir, no mínimo, 320 horas de Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) curricularizadas, ou seja, previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Indica a referida resolução que as Atividades Acadêmicas de Extensão devem ser “[...] realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES” (Brasil, 2024). Tal determinação, prevista no Art. 13, é complementada pelo que segue:

§ 4º As atividades de que trata o inciso III do caput são direcionadas à implementação de projetos integradores de práticas educativas, visando fomentar a integração e o diálogo entre os licenciandos, que estão em formação, e os diversos participantes da comunidade escolar; essas iniciativas devem dar prioridade a projetos que:

I - fomentem o protagonismo dos licenciandos, incentivando sua participação ativa em interações com a instituição de Educação Básica;

II - promovam atividades que estimulem a interação entre os membros da comunidade acadêmica, com o objetivo de compreender a complexidade da prática docente;

III - iniciem diálogos formativos acerca da docência, das realidades escolares e dos desafios enfrentados pela educação;

IV - encorajem a interdisciplinaridade dentro do contexto escolar, através da criação de materiais didáticos que possam ser adaptados às necessidades pedagógicas;

V - apoiem a integração entre a formação inicial e a formação continuada dos professores das instituições de Educação Básica;

VI - estabeleçam interações com estudantes da Educação Básica e seus familiares, promovendo uma relação mais próxima entre a instituição de Educação Básica e a comunidade; e

VII - analisem a instituição de Educação Básica em seu contexto territorial, incentivando a realização de ações coordenadas entre a IES e a sociedade local (Brasil, 2024).



Assim, ao tornar-se obrigatório o cumprimento na Educação Básica de toda a carga horária relativa à Extensão Universitária curricularizada, pelo menos dois entraves emergem: 1) se tanto o estágio obrigatório quanto as atividades relacionadas à curricularização da Extensão Universitária devem estar centrados na Escola Básica, não resta espaço ao longo do percurso formativo da pessoa licenciada em teatro para a proposição e realização de atividades artístico-pedagógicas em campo nos contextos da educação não-formal, como ONGs, Casas de Cultura, Associações de Bairro etc., o que resulta em intransponível lacuna à formação profissional; 2) a dificuldade de as unidades de Educação Básica, já sobrecarregadas em suas atribuições, absorverem e gerenciarem diversas atividades de Extensão propostas pelos diferentes cursos de licenciatura. Inclusive, o primeiro entrave apresentado é contrário ao que dispõe a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CES Nº 4, de 8 de março de 2004, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro e dá outras providências. No inciso VII de seu Art. 4º, a referida resolução preconiza que, entre as competências e habilidades conferidas ao/à graduando/a em Teatro, deve estar a “[...] capacidade de coordenar o processo educacional de conhecimentos teóricos e práticos sob as linguagens cênica e teatral, no exercício do ensino de Teatro, tanto no âmbito formal como em práticas não-formais de ensino” (Brasil, 2004). Portanto, essa resolução reconhece o espaço da educação não-formal como instância que deve fazer parte do processo formativo da pessoa licenciada em teatro.

Vale frisar que a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, configura-se como desdobramento da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, dando outras providências. No Art. 4º do Cap. I da Resolução Nº 7, podemos ler: “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz



curricular dos cursos” (Brasil, 2018).

Para além das divergências possíveis de serem identificadas nessas resoluções, o fato é que elas alçaram o tema da Extensão Universitária à categoria de destaque, afirmação que o educador Moacir Gadotti parece concordar:

[...] questiona-se sobretudo a Extensão Universitária como prática separada do ensino e da pesquisa e a própria existência de Pró-reitorias distintas. O que é promissor nesse debate é que a questão da Extensão Universitária está posta hoje e os caminhos estão abertos para que ela seja revalorizada como essencial para um projeto de universidade e de sociedade (Gadotti, 2017, p. 4).

Isso posto, este texto apresenta como objetivo geral discutir sobre a importância da Extensão Universitária, tanto no que tange à especificidade do ensino superior em sua relação com a sociedade, quanto no que tange à formação acadêmico-profissional de seus/suas discentes, trazendo à baila algumas discussões hodiernas candentes e necessárias sobre este tema. Para isso, escolhemos como recorte temático relatar e refletir sobre ações que, ao mesmo tempo que dialogam com, problematizam os desafios impostos pelo tema da curricularização da Extensão Universitária no âmbito de cursos de graduação em Artes Cênicas – Licenciatura em Teatro.

Destarte, esta reflexão relata algumas ações desenvolvidas no âmbito do Projeto de Extensão “Entre a Escola no Teatro e o Teatro na Escola: Interações e Pedagogias Possíveis”. Tal projeto investiga as relações entre o teatro e a escola a partir de duas perspectivas: o tema da escola como pretexto à escrita de dramaturgias contemporâneas e as práticas do teatro no contexto da Escola Básica. Com orientação do Prof. Dr. Sidmar Gomes, vinculado ao curso de Graduação em Artes Cênicas – Licenciatura em Teatro da Universidade Estadual de Maringá, as ações aqui compartilhadas foram desenvolvidas por duas discentes bolsistas e compreenderam: 1) montagem e apresentações do espetáculo “Coro dos Maus Alunos”, de autoria do dramaturgo português Tiago Rodrigues, em escolas e ações de formação continuada de educadores/as; 2) planejamento e execução da oficina “Fabulações Sobre Uma Escola Ideal”, ofertada a alunos/as do Ensino Fundamental II do Colégio Estadual Jardim Panorama, em Sarandi/PR; e 3) planejamento e execução da oficina “O Que Pode o Teatro na Escola?”, oferecida



a professores/as em formação do município de Lobato/PR. Ainda que não tenham sido ações atreladas à curricularização da Extensão Universitária, por terem acontecido em contextos da Educação Básica, entre outros aspectos que serão debatidos adiante, elas se alinham ao disposto na Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, abrindo caminhos para discutirmos se ações extensionistas dadas somente nos contextos da Escola Básica são suficientes à formação da pessoa licenciada em teatro.

Sobre a ideia de Extensão Universitária

O professor e pesquisador João Antônio de Paula, em seu texto “A extensão universitária: história, conceito e propostas” (2013), apresenta a emergência da Extensão Universitária em diferentes países, dando destaque às principais vertentes e aos modelos de desenvolvimento adotados pelas universidades tanto no Brasil quanto no exterior. Dessa forma, lembra-nos que a Extensão Universitária está prevista no Brasil desde a legislação de 1931, por meio do Decreto nº 19.851, de 11/04/1931, que estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro. Entretanto, ressalta que o processo de institucionalização da Extensão Universitária continua incompleto.

Com efeito, a extensão universitária no Brasil, considerada em conjunto e numa perspectiva cronológica, pode ser vista como tendo três grandes etapas: I) a anterior a 1964, cuja centralidade foi dada pela campanha pela Escola Pública e pela aproximação com o movimento das Reformas de Base, a partir de obra e de prática de Paulo Freire; II) a etapa que vai de 1964 a 1985, polarizada pela emergência e demandas dos movimentos sociais urbanos; III) a terceira etapa corresponde ao período pós-ditadura e se caracteriza pela emergência de três grandes novos elencos de demandas: 1) as decorrentes do avanço dos movimentos sociais urbanos e rurais; 2) as que expressam a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de cidadania; 3) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços (De Paula, 2013, p. 19-20).

Continua o seu raciocínio ressaltando ser primordial o diálogo entre a universidade e a sociedade, na tentativa de responder às demandas e expectativas da segunda, reconhecendo-a em sua diversidade e como possuidora de valores e culturas tão legítimos quanto os saberes eruditos. Para ele, é tarefa da Extensão Universitária: “[...] a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade,



para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação” (De Paula, 2013, p. 20).

Tendo como sujeitos tanto docentes, discentes e técnicos/as, quanto os/as destinatários/as das ações extensionistas, a Extensão Universitária deve, para o pesquisador, estabelecer-se a partir do diálogo e da interação travados entre a microssociedade constituída pela universidade e a macrossociedade que a envolve, sendo esses os princípios que regem a Extensão Universitária brasileira hoje:

[...] i) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; ii) a interação dialógica com a sociedade; iii) a inter e a transdisciplinaridade como princípios organizadores das ações de extensão; iv) a busca do maior impacto e da maior eficácia social das ações; v) a afirmação dos compromissos éticos e sociais da universidade (De Paula, 2013, p. 21).

O educador Moacir Gadotti (2017) acrescenta a esta discussão o fato de que, na prática, haveria duas vertentes de Extensão Universitária em constante confronto: “[...] uma mais assistencialista e outra não assistencialista, ou, como também se costuma dizer, uma prática extensionista e outra não extensionista” (Gadotti, 2017, p. 2). Segundo sua explicação, a primeira vertente estaria relacionada à transmissão vertical do conhecimento, espécie de serviço assistencial que desconheceria a cultura e o saber popular. Em linhas gerais, essa concepção estaria focada numa perspectiva unilateral, de mão única, na direção da universidade para a sociedade. Ou seja, não se consideraria o que poderia vir da sociedade para a universidade, seja em termos da sociedade fomentando o ensino superior, seja em termos do próprio saber que a universidade desenvolve. Por outro lado, a segunda vertente entenderia a Extensão como comunicação de saberes, portanto, estaria mais próxima de uma visão não assistencialista, não extensionista de Extensão Universitária, tratando-se de uma perspectiva fortemente influenciada pela proposta do educador Paulo Freire de substituição do conceito de extensão pelo de comunicação:

[...] ela se fundamenta numa teoria do conhecimento [...]. Uma teoria do conhecimento fundamentada numa antropologia que considera todo ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo (Gadotti, 2017, p. 2).



Essa perspectiva dialógica estaria interessada na troca efetiva entre saberes acadêmicos e populares, o que culminaria tanto na democratização do conhecimento acadêmico e científico quanto na produção científica, tecnológica e cultural inerente à sociedade.

Por sua vez, o Art. 3º da já citada Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, preconiza que:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

O mínimo de 10% de carga horária extensionista, do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, deve ser organizado de acordo com as seguintes diretrizes no que tange às concepções e práticas da Extensão Universitária na Educação Superior:

Art. 5º [...] I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (Brasil, 2018).

Assim, o Art. 6º, complementar ao Art. 5º no que tange à estruturação da concepção e da prática da Extensão na Educação Superior, apresenta que devem ser contemplados:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com



as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira (Brasil, 2018).

É importante destacar também que o Art. 7º expõe que são consideradas atividades de Extensão aquelas capazes de se caracterizarem como intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às universidades e que se vinculem à formação discente. O Art. 8º discorre sobre as modalidades das ações extensionistas, as quais devem dialogar com os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos: “I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços” (Brasil, 2018).

Portanto, seja curricularizada ou não, a Extensão Universitária se configura como uma ação importante no que tange às especificidades do Ensino Superior. Para além de uma perspectiva meramente assistencialista, as ações extensionistas podem se dar em diferentes modalidades – programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços –, fomentando o protagonismo de discentes, sob a supervisão e coordenação de docentes. Traduzem-se como incentivos importantes para a formação profissional e para que a comunidade acadêmica possa contribuir, em conjunto com suas comunidades de atuação, para o enfrentamento e o encontro de soluções diante das grandes questões que perpassam a sociedade. Assim, integrada aos outros dois pilares que sustentam as especificidades do Ensino Superior – o ensino e a pesquisa –, a Extensão Universitária e seu caráter inter e transdisciplinar possibilitam que conhecimentos acadêmicos possam transpor os muros da universidade, na mesma medida em que saberes populares possam adentrá-los, em prol do desenvolvimento econômico, ético e social da sociedade.



Relato de uma experiência

Como dito, este texto se debruça sobre o relato e a reflexão acerca de três experiências de Extensão Universitária dadas no contexto da Educação Básica: a oficina teatral “O Que Pode o Teatro na Escola?”, oferecida a professores/as em formação do município de Lobato/PR; a oficina “Fabulações Sobre Uma Escola Ideal”, ofertada a alunos/as do Ensino Fundamental II, do Colégio Estadual Jardim Panorama, em Sarandi/PR; e, por fim, a montagem e as apresentações do espetáculo “Coro dos Maus Alunos”, do dramaturgo português Tiago Rodrigues.

Quando indagadas sobre as ações que gostariam de desenvolver no âmbito do Projeto de Extensão “Entre a Escola no Teatro e o Teatro na Escola: Interações e Pedagogias Possíveis”, as discentes extensionistas que protagonizaram tais ações (bolsistas PIBIS e PIBEX-Fundação Araucária-CNPq-UEM) trouxeram como ponto de partida o desejo de trabalhar com a noção de fabulação. Dessa forma, tomamos contato com o pensamento de Saidiya Hartman (2022), escritora e acadêmica americana cujo trabalho está focado nos estudos afro-americanos. Hartman cria sua obra tendo como ponto de partida a noção de fabulação crítica, perspectiva que trabalha no interstício entre ficção e não-ficção. A fabulação crítica, em sua obra, pode ser compreendida como o modo de contar uma história a partir de um olhar humano e atento, o qual cria possibilidades de existências plurais para figuras homogêneas pelo registro histórico. Assim, Hartman parte de documentos (fotos, notícias de jornais etc.), fabulando, em certa medida, as vidas das personagens marginais presentes nesses materiais (mulheres negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais), com o fito de criticar acontecimentos e visões naturalizadas.

Portanto, o pensamento de Hartman, ainda que traga suas especificidades sobre a ideia de fabulação, pareceu-nos instigante no que diz respeito ao objetivo de fomentar a possibilidade de vislumbrarmos outros mundos e modos de existência, mais suportáveis, éticos e capazes de reconhecer e respeitar as diferentes formas de existir, exercício para o qual, a nosso ver, a escola se apresenta (ou deveria se apresentar) como espaço privilegiado.

Definido o tema com o qual trabalharíamos, fabulações, foram pensados os



encaminhamentos didático-metodológicos das duas oficinas desenvolvidas pelo Projeto de Extensão “Entre a Escola no Teatro e o Teatro na Escola: Interações e Pedagogias Possíveis”: a oficina de formação continuada para professores/as da rede municipal de ensino da cidade de Lobato/PR, demanda vinda da Secretaria de Educação de tal município, que nos procurou interessada em instrumentalizar seus/suas educadores/as para o trabalho com a linguagem teatral, uma vez que o município havia instituído o ensino integral e por isso necessitava de oficinas em diferentes linguagens; e a oficina de teatro para alunos/as do Colégio Estadual Panorama, no município de Sarandi/PR, tendo em vista refletirem sobre as estruturas precárias de sua escola, vindas à público por meio de atos performativos em vídeo, meses antes, organizados por uma professora de Artes e seus/suas alunos/as. Como já dito, concomitantemente a essas ações, também desenvolvíamos a montagem e apresentações do espetáculo “Coro dos Maus Alunos”, de Tiago Rodrigues.

Dessa forma, como abordar o tema da fabulação nos contextos acima descritos? Como resposta a essa pergunta, as discentes extensionistas se inspiraram nas experiências obtidas ao longo de suas formações no que tange às práticas dos Jogos Teatrais (Spolin, 2001) e do Teatro do Oprimido (Boal, 2012), tendo como objetivo a iniciação teatral tanto de alunos/as quanto de professores/as. As fabulações foram trazidas e ressignificadas para o campo das Artes Cênicas juntamente aos Jogos Teatrais de Viola Spolin e ao Teatro do Oprimido de Augusto Boal.

A prática com os elementos dos Jogos Teatrais de Viola Spolin e do Teatro do Oprimido de Augusto Boal foi o caminho que fomentou as fabulações operadas tanto pelos/as alunos/as quanto pelos/as professores/as, como se verá adiante. Como tratou-se de dois processos distintos, foram pensados diferentes desdobramentos pedagógicos para esses mesmos pontos de partida teórico-metodológicos.

O processo artístico-pedagógico desenvolvido com os/as alunos/as da Escola Básica e conduzidos conjuntamente pelas discentes extensionistas propôs que os/as jovens estudantes fabulassem sobre como seria uma escola ideal, e, inerente a isso, como se daria o fim de sua escola sucateada. Essa oficina teatral

aconteceu no Colégio Estadual Jardim Panorama, na cidade de Sarandi-PR. Trata-se de uma escola pública e periférica, que abriga alunos/as do Ensino Fundamental e Médio. A oficina foi realizada com alunos/as do 7º ano do Ensino Fundamental, ao longo de quatro semanas consecutivas.

Foram propostos jogos e dinâmicas teatrais com esses/as alunos/as, como dito, inspirados nos legados de Spolin e Boal, para que, ao refletirem e jogarem sobre suas realidades, os/as discentes trabalhassem os conceitos de escola sucateada e escola ideal, a partir das fabulações críticas sobre o fim da escola sucateada.

Entre os jogos e procedimentos desenvolvidos, podemos destacar:

- **Cena Objeto:** A turma foi separada em grupos. Cada grupo recebeu um objeto para se relacionar, devendo discutir sobre a função desse objeto e, em seguida, imaginar/fabular outras funções para ele. Fabulado o objeto, o grupo deveria pensar em um breve improviso, levando em consideração a manipulação conjunta de tal objeto, ressignificado em sua função original. Cada grupo apresentou seus improvisos para os demais. Uma das cenas apresentadas aconteceu no supermercado. Foi criada a partir do objeto estojo, transformado em uma máquina de cartão magnético. Na cena havia um conflito: a operação de pagamento com o cartão não foi possível, pois o cartão estava com problemas.
- **GIF Teatral:** A partir da técnica do Teatro Jornal, de Augusto Boal, a cada grupo de alunos/as foi dada uma notícia de jornal, com o tema da escola. Os grupos deveriam ler e discutir as notícias, para depois pensar na criação de uma imagem a partir de seus corpos, em formato de GIF³/*boomerang*, explorando algum aspecto significativo de sua notícia. Os grupos apresentaram uns aos outros os improvisos criados e, após, fizemos uma conversa geral compartilhando impressões. Um dos grupos realizou uma imagem em GIF que partiu da seguinte notícia: “Deputados cobram merenda de qualidade nas escolas públicas”. Então, apresentaram uma manifestação estudantil em prol de merenda escolar de qualidade. A imagem consistia em movimentos que

³ Graphics Interchange Format.

expressavam os/as manifestantes levantando cartazes e fazendo movimentos de ordem.

- **Cena Instalação:** Em grupos, os/as alunos/as deveriam passear pelos ambientes da escola observando recortes de espaços e selecionando materiais encontrados, para, após, criarem uma cenografia/instalação com o tema “sucateamento”. Assim, criaram dramaturgias espaciais sobrepondo desenhos, rimas, trechos de música, mobílias, objetos, entulhos etc. Após, foi realizada uma roda de conversa para troca de impressões e sugestões.
- **Jogo das Imagens de Poder:** Foi iniciada uma conversa sobre autoridade e poder. Após a conversa, em silêncio, as mediadoras pediram para que algum/a aluno/a fosse ao espaço de jogo para compor a imagem de uma figura de autoridade. Depois disso, pediram para que mais duas pessoas complementassem a imagem supracitada, criando outras que se relacionassem com a primeira, construindo relações de autoridade. Após feitas e observadas as composições, teve início um debate, partindo de perguntas disparadas pelas mediadoras: que autoridade é essa? Quem são as outras pessoas? Estão em posição hierárquica maior ou menor? Depois de ouvir a pergunta, qual é o lugar que você mais gostaria de estar nesse espaço? Qual lugar você não gostaria de ocupar nessa imagem? Qual lugar você acredita ser o seu? Após o debate, alguém deveria modificar a imagem conforme o que pensasse ser a situação ideal. Surgiu então a imagem da própria hierarquia presente na escola, na qual fizeram a professora e a diretora. Um dos alunos foi até a área de jogo e fez uma imagem de professora. Depois veio outra pessoa e sentou-se na cadeira representando a direção, com isso discutiu-se sobre o sistema escolar e suas hierarquias.

A partir da vivência com os jogos e procedimentos elencados acima, ao mesmo tempo em que os/as alunos/as da oficina foram se instrumentalizando ante à linguagem teatral, também foram percebendo de forma crítica o contexto de sua escola em termos estruturais e simbólicos. Diante disso, foi proposto então o desafio de transformar essas experiências em um jogo de tabuleiro teatral. Ou seja, o grupo foi desafiado a construir um jogo de tabuleiro, cujo trajeto partiria da escola sucateada em direção à escola supostamente ideal. As demais



informações, como tamanho do tabuleiro, quantidade de casas, objetivos, como jogar e desafios de cada casa, foram decididas em conjunto pela turma. Cada casa desse tabuleiro seria preenchida por algum desafio teatral, inspirado nos jogos e procedimentos trabalhados anteriormente. Cada grupo de alunos/as definiu o que aconteceria em pelo menos uma casa: um jogo teatral, uma instalação, um debate, algo que envolvesse o ato fabular ou o teatro ou o sucateamento da educação. Uma das casas, por exemplo, envolvia um campeonato de xadrez, evidenciando a visão dos/as estudantes sobre a escola ideal. Cada captura de peça somava pontos que poderiam ser trocados por recursos ou melhorias escolares, como aulas de teatro, espelhos nos banheiros e mais professores/as para diminuir a sobrecarga e, por consequência, evitar o burnout dos/as docentes. Assim, ao jogar o jogo, esperava-se o mesmo efeito proposto pelos procedimentos explorados na oficina: que os/as jogadores/as, ao mesmo tempo em que fossem iniciados na linguagem teatral, olhassem de forma crítica para suas realidades escolares. Buscou-se, assim, fomentar nesse/as jovens uma visão crítica sobre a escola e a educação brasileira, a partir de fabulações sobre imagens da educação e da escola ideais e (im)possíveis.

A oficina desenvolvida com educadoras da rede municipal de ensino do município de Lobato/PR também ocorreu ao longo de quatro semanas. Foram desenvolvidos jogos e discussões teatrais com o objetivo de instrumentalizar essas profissionais para proporcionarem aulas de teatro na escola.

A oficina foi planejada e conduzida, conjuntamente, pelo Prof. Dr. Sidmar Gomes e por uma das discentes extensionistas.

Em um dos encontros planejados, cujo tema foi “contação de histórias e fabulação”, pensou-se em trabalhar com o ato fabular e as questões levantadas anteriormente pelas professoras participantes da oficina, como a falta de concentração e criatividade de seus/suas alunos/as. Em certa medida, todos os exercícios exigiam fabular histórias e/ou objetos outros, como no jogo “Apresentação por Objeto”, que consistia na apresentação pessoal a partir das características, funcionalidades ou história de um objeto escolhido por cada participante, objetivando fabular acerca das diferenças, semelhanças e invenções do objeto e de si, exigindo habilidade fabular e criativa.



Outros jogos de cunho improvisacional foram propostos envolvendo as fabulações. Um dos jogos exigia que as professoras se organizassem em duplas e compartilhassem alguma história pessoal. Após os compartilhamentos, as histórias deveriam ser trocadas e apresentadas pela pessoa que ouviu, havendo a possibilidade de fabular. Uma das histórias envolvia o romance de uma professora com o seu atual marido, que, fabulada por outra professora, tornou-se uma narrativa fantasiosa envolvendo príncipes e princesas. Nessa atividade, uma professora afirmou que, assim como os/as seus/suas alunos/as, ela “não possuía criatividade alguma”, sentindo certa dificuldade para fabular, principalmente quando exigido que isso se desse de forma improvisada. A discente extensionista achou esse comentário interessante, desdobrando-o em uma pesquisa sobre o tema, conforme relatado adiante.

Além da proposição e participação em ações extensionistas, as discentes bolsistas de Extensão Universitária também tiveram como compromissos apresentar um relatório final de suas bolsas, relatando e refletindo sobre as ações desenvolvidas, e confeccionar um resumo expandido, apresentado no 7º Encontro Anual de Extensão Universitária, desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Estadual de Maringá. Dessa forma, elas foram desafiadas a vislumbrar suas experiências no âmbito da Extensão Universitária e do ensino pela perspectiva da pesquisa.

Relacionando as duas experiências vividas – as oficinas “O Que Pode o Teatro na Escola?” e “Fabulações Sobre Uma Escola Ideal” –, uma das discentes extensionistas se interessou por investigar as possibilidades e possíveis estratégias de aproximação entre estudantes e docentes no contexto de processos artístico-pedagógicos, questionando-se: existe diferença nas atitudes entre o/a aluno/a em formação e o/a professor/a em formação? Apresentariam os/as professores/as em formação continuada as mesmas dificuldades que seus/suas alunos/as ao se depararem com um objeto de estudo desconhecido? Dessas perguntas, uma outra se apresentou: de que forma a aproximação entre professores/as e alunos/as, a partir das práticas do teatro na escola, pode fomentar atitudes críticas dos/as docentes diante de suas práticas pedagógicas?

A extensionista concluiu que o/a professor/a, quando volta à posição de

aprendiz, por exemplo, em processos de formação continuada, pode ter comportamentos e dificuldades similares aos de seus/suas discentes, fato que os/as aproximam, uma vez que esses comportamentos e dificuldades são reconhecidos no/a outro/a e posteriormente em si. Isso, em certa medida, contribui também para, por meio do exercício da alteridade, a melhoria das relações entre educadores/as e alunos/as. Colocando-se no lugar de seus/suas alunos/as, entraves que podem dificultar os processos de ensino-aprendizagem são percebidos pelos/as educadores/as, condição fundamental para que estratégias pedagógicas possam ser revisadas. Nesse sentido, a perspectiva da fabulação proporcionada pela prática da linguagem teatral foi de extrema importância para que ocorresse essa aproximação crítica de professores/as em direção a seus/suas alunos/as – crítica, já que proporcionou aos/às docentes o exame e a avaliação das relações estabelecidas. Dessa forma, percebendo dificuldades compartilhadas com seus/suas alunos/as no que tange a imaginar, criar e se expressar, esses/as professores/as instrumentalizaram-se tanto no que condiz à linguagem teatral quanto ante a tarefa de traçar efetivas estratégias pedagógicas.

Já a outra discente extensionista optou por relacionar sua experiência à frente da oficina “Fabulações Sobre Uma Escola Ideal” ao processo de montagem e temporada do espetáculo “Coro dos Maus Alunos”, de Tiago Rodrigues, no qual participou como atriz-criadora.

Em “Coro dos Maus Alunos”, texto escrito no ano de 2008 pelo dramaturgo português Tiago Rodrigues, é apresentada a chegada de um novo professor de Filosofia para uma turma de jovens alunos/as. Tal professor, de idade avançada, mas de espírito jovem, causa estranhamento de pronto entre os/as estudantes ao pedir que defendam coisas que lhes parecem absurdas, como insultá-lo. Paulatinamente, o estranhamento inicial vai tomando outros contornos. O entusiasmo dos/as alunos/as começa a despertar a desconfiança da direção da escola, a qual resolve abrir um inquérito para investigar as atitudes do professor.

A montagem, integrante das ações do Projeto de Extensão “Entre a Escola no Teatro e o Teatro na Escola: Interações e Pedagogias Possíveis”, cumpriu apresentações em programas de formação continuada de educadores/as, além de



ser apresentada ao público em geral.

O princípio que norteou os trabalhos dessa montagem foi o processo colaborativo, entendido como

[...] um processo de criação que busca a horizontalidade nas relações entre os criadores do espetáculo teatral. Isso significa que busca prescindir de qualquer hierarquia pré-estabelecida e que feudos e espaços exclusivos no processo de criação são eliminados (Abreu, 2004, p. 1).

Dessa forma, foram realizados jogos teatrais, aquecimentos, debates e ensaios tendo em vista a construção do espetáculo, incluindo trabalho com o texto em mãos, mas, sobretudo, colaborações dos/as atores/atrizes para a criação das cenas.

A discente extensionista relata que de sua perspectiva como docente-atriz e proponente desses processos, tanto na oficina, acontecida na escola, quanto nos ensaios do espetáculo, acontecidos nas dependências da Universidade Estadual de Maringá, percebeu o ato de rebeldia inerente a essas duas espacialidades e contextos. Complementa expondo que quando propôs sua composição para a personagem Síbia, presente na dramaturgia de “Coro dos Maus Alunos”, o processo que estava vivendo na oficina ministrada na escola foi extremamente importante. Síbia é uma adolescente que grafita as paredes da escola, fazendo desenhos nos banheiros, no laboratório e na parede ao pé do muro, incluindo nesses desenhos suas indignações. A discente extensionista relata ter encontrado na corporeidade dos/as estudantes presentes na oficina, bem como nas estruturas da escola na qual a oficina aconteceu, inspiração para a criação de seu papel. Na escola também havia desenhos e pichações nas paredes das salas de aulas e do pátio, evidenciando que isso faz parte desse espaço. Imbuída disso, pôde levar essas sensações para a cena e para a corporalidade e a materialização do ato de pichar, integrantes das ações cênicas de Síbia. Para além disso, em dado momento da encenação, a docente-atriz tinha que desenvolver uma coreografia utilizando uma cadeira. Esse objeto, tão presente na sala de aula, na montagem do espetáculo tornou-se elemento chave da cenografia, adquirindo outras formas e subtextos, carregando sentimentos, indignações etc. Cadeiras estiveram presentes também na ocasião da proposição do jogo de instalação, por meio do qual os/as estudantes

realizaram diversas composições espaciais a partir de cadeiras, expressando suas indignações sobre a escola precarizada. Ao observar a instalação, a docente-atriz percebeu fortes expressões nas formas criadas pelos/as alunos/as ao utilizarem essas cadeiras, carregando essas sensações e parte das imagens observadas para a sala de ensaios e para a composição das ações e intenções de sua personagem Síbia, que também compartilhava da mesma indignação denunciada pelos/as alunos/as participantes da oficina.

Conclui a discente extensionista que o processo vivido na oficina na escola movimentou cargas criativas, psicológicas e emocionais que foram carregadas pela docente-atriz para a sala de ensaios, culminando em um processo criativo e cênico vivo e orgânico, revelador de muitas Síbias na realidade da escola pública.

Não menos importante foram as apresentações do espetáculo “Coro dos Maus Alunos” para educadores/as e público em geral. As discentes extensionistas, como dito, participaram da montagem como atrizes-propositoras. Ao final de cada sessão do espetáculo, foi travado um breve bate-papo com o público presente, tendo em vista refletirmos sobre os efeitos da apresentação. Ao longo desses momentos, surgiram reflexões dos/as educadores/as relativas às diversas questões que atravessam a prática docente na Escola Básica atualmente, entre elas: o quão difícil é empreender didáticas e metodologias de trabalho inovadoras, dadas as resistências encontradas em todas as instâncias que envolvem as escolas, bem como as amarras institucionais e legais; o tema da violência (discente e docente) presente no cotidiano escolar; a vigilância constante que recai sobre educadores/as e, não raro, culmina em sanções não fundamentadas, entre outras.

Sobre a Emergência de um Paradoxo

Pelas reflexões e ações tidas e descritas, pode-se concluir que a Extensão Universitária é fundamental para que possamos nos engajar com as comunidades locais, tendo a oportunidade, como integrantes de uma instituição de ensino, produtora de saberes e conhecimentos científicos, de identificar suas necessidades específicas e colaborar na busca por soluções inovadoras e eficazes, compartilhando experiências e práticas, a partir de um processo dialógico de construção de conhecimento. Ao mesmo tempo, por meio dos saberes populares



inerentes às realidades dessas comunidades, elas também contribuem de forma significativa para o desenvolvimento das práticas e das relações entre Pesquisa, Ensino e Extensão no interior da universidade – aspecto possível de ser observado pelas ações aqui descritas.

Da mesma forma que as oficinas destinadas a educadores/as e alunos/as da Educação Básica proporcionaram a iniciação teatral de adultos/as e jovens, instrumentalizando-os/as para os meandros da linguagem teatral, suas expressividades e potencialidades diante de leituras e formas de atuação na escola e no mundo, também possibilitaram, por meio do diálogo e da troca com grupos exógenos à universidade, que estudantes extensionistas – futuras professoras, juntamente com seu professor orientador –, ao conhecerem outras realidades, seus contextos, formas de organização, embates e potências, pudessem refletir sobre suas práticas, construindo metodologias de trabalho e abordagens que levassem em consideração esses saberes e demandas.

Em contato com tais comunidades e suas realidades, as discentes extensionistas, a partir das respostas e atitudes das pessoas participantes das oficinas, puderam desenvolver uma metodologia de trabalho inspirada na noção de fabulação crítica, em diálogo com os Jogos Teatrais de Viola Spolin e o Teatro do Oprimido de Augusto Boal. Além disso, puderam refletir sobre suas próprias práticas, recebendo das comunidades com as quais atuaram, a partir de seus conhecimentos e visões de mundo, pistas e possíveis respostas para suas indagações acadêmicas: uma, sobre os caminhos de aproximação entre discentes e docentes; outra, sobre as possíveis relações entre a sala de ensaios e a sala de aula, ou seja, os acontecimentos criativos da sala de aula, a partir da proposição de uma oficina artística, como fonte de inspiração para a criação da atriz em processo de montagem de um espetáculo teatral.

Portanto, tratou-se de um processo de retroalimentação, de deslocamentos recíprocos e mudanças em prol da construção conjunta de saberes e práticas, manifestados na comunidade acadêmica por meio da interação entre Pesquisa, Ensino e Extensão, e nas comunidades locais – em nosso caso, parcelas da Escola Básica –, pela reflexão e transformação de cotidianos e suas relações.



Isso posto, as discussões acima reafirmam a importância do processo de curricularização da Extensão no Ensino Superior não somente para o fomento à formação acadêmico-profissional e cidadã das pessoas envolvidas, mas sobretudo para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Nesse sentido, vale ressaltar, no que tange à formação da pessoa licenciada em teatro, que são importantes ações extensionistas dadas no âmbito da Educação Básica, conforme previsto na Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, pois elas expandem os horizontes de atuação das práticas do teatro na escola para além das aulas de Arte e das ações curriculares – instâncias comuns para a atuação no contexto dos Estágios Curriculares Supervisionados. Por exemplo, além das aulas de Arte, de acordo com a Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, as práticas do teatro na escola podem encontrar espaço a partir da proposição de ações extensionistas interessadas na criação de materiais didáticos, na formação inicial e continuada de professores/as, na interação entre estudantes, familiares e comunidades locais, entre outras.

As oficinas “Fabulações Sobre Uma Escola Ideal” e “O Que Pode o Teatro na Escola?”, juntamente com as apresentações do espetáculo “Coro dos Maus Alunos”, ao abrangerem docentes e discentes da Educação Básica, configuraram-se como ações que, além de incentivarem o protagonismo dos/as licenciandos/as, fomentando sua participação ativa em interações com a instituição da Educação Básica, promoveram atividades que estimularam a interdisciplinaridade e a interação entre os/as membros/as da comunidade acadêmica. Nessa toada, permitiram a reflexão sobre as complexidades da prática docente, das realidades escolares e dos desafios da educação, promovendo a integração entre a formação inicial e a formação continuada dos/as professores/as das instituições de Educação Básica (Brasil, 2024).

Entretanto, da forma como está posta a Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, restringindo a execução de ações de extensão curricularizadas apenas às instituições de Educação Básica, é dada vazão à emergência de um paradoxo. Ao mesmo tempo em que tal resolução fomenta a expansão dos horizontes de atuação das práticas do teatro no contexto das comunidades escolares, ela tende a limitar os horizontes de formação da pessoa licenciada em



teatro, impedida de desenvolver ações extensionistas curricularizadas em outros contextos, por exemplo, da educação não-formal. Esse último aspecto, de certa forma, contraria a própria noção de Extensão Universitária como ação abrangente, como possibilidade de diálogo amplo entre a universidade e outros setores da sociedade, entendidos como espaços de diversidade, constituídos por pluralidades de contextos e práticas.

Pelo exposto, a sugestão que se faz é que a Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, seja flexibilizada, quiçá por meio da divisão de carga horária mínima prevista de curricularização da Extensão Universitária entre ações desenvolvidas no contexto da educação formal e não-formal, já que a atuação nesse último contexto é fundamental à formação integral da pessoa licenciada em teatro, conforme demonstram os trabalhos de Almeida, Azevedo-Martins e Nunes (2013); Laranjeira e Teixeira (2008); Soares (2011); Nogueira (2008); Marques, Concílio, Silveira e Machado (2020); entre tantos outros.

Referências

ABREU, Luis Alberto de. Processo Colaborativo: relato e reflexões sobre uma experiência de criação. *Cadernos da ELT*, n. 2, p. 1-10. jun./2004.

ALMEIDA, Evany Bettine de; AZEVEDO-MARTINS, Anna Karenina; NUNES, Viviane Abreu. O corpo como espaço de aprendizagem: reflexões a partir das vivências de um grupo de teatro formado por adultos na maturidade. *Pro-Posições*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 201-217, set./dez. 2013.

BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 4*, de 29 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 7*, de 18 de dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução do Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 4*, de 8 de março de 2004.

DE PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.



FREIRE, Paulo. *Extensão e comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

GADOTTI, Moacir. *Extensão Universitária: Para quê?* Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Ga-dotti_fevereiro_2017.pdf Acesso em: 13 out. 2020.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: Histórias Íntimas de Meninas Negras Desordeiras, Mulheres Encrenqueiras e Queers Radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022.

LARANJEIRA, Denise Helena P.; TEIXEIRA, Ana Maria F. Vida de jovens: educação não-formal e inserção socioprofissional no subúrbio. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 22-34, jan./abr. 2008.

MARQUES, Laís Jacques; CONCILIO, Vicente; SILVEIRA, Túlio Fernandes; MACHADO, Flávia. O Teatro entre as grades do patriarcado: privação de liberdade e de experiências em uma prática no regime socioeducativo. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Florianópolis, v. 3, n. 39, nov./dez. 2020.

NOGUEIRA, Márcia Pompeu. A Opção pelo Teatro em Comunidades: alternativas de pesquisa. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Florianópolis, v.1, n.10, p. 127-136, dez. 2008.

RODRIGUES, Thiago. *Coro dos Maus Alunos*. Lisboa: Editora Artes Cênicas, 2008.

SOARES, Carmela. Teatro Renascer: da pedagogia à poética da cena. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, n. 17, p. 29-36, set. 2011.

SPOLIN, Viola. *Improvisação para o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

Recebido em: 20/01/2025

Aprovado em: 04/07/2025